

## A DOCÊNCIA COMO ÁREA DA PROFISSÃO CONTÁBIL: OS SABERES DO- CENTES DOS CONTADORES-PROFESSORES

## THE TEACHING AS THE AREA OF ACCOUNTING PROFESSION: THE TEA- CHING KNOWLEDGE OF TEACHERS-TEACHERS

Patrícia Miranda Ribeiro<sup>1</sup>  
Raíssa Mendanha Silva<sup>2</sup>

FUCAPE  
Faculdade de Anicuns

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo discutir a formação do profissional de contabilidade enquanto professor, ressaltando a importância deste em possuir não somente os conhecimentos de sua área, mas os saberes pedagógicos. Com isso, os acadêmicos e os futuros contadores serão bem orientados e qualificados para o mercado de trabalho tanto na prática contábil quanto para a docência. O texto foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e com base em métodos dedutivos, tendo-se como objeto de estudo à docência como área do exercício contábil. Logo, entende-se que o professorado do ensino superior deve buscar o processo didático através de especializações ou cursos de curta duração para que não se perca nas funções que desempenha na instituição e na sociedade. O cargo de educador é uma profissão tão prática e aparentemente técnica como a contabilidade. É preciso transparecê-la como uma ciência social aplicada às necessidades da própria sociedade. A interpretação destas propostas e metodologias é o desafio do presente texto, desenvolvendo, primordialmente, as novas tendências de mercado para adaptação do docente. O trabalho evidenciou como fonte de pesquisa autores na área de contabilidade como Sá (2008), Ludícibus (2010), Mazzotti (2001) assim a parte do ensino voltado para Ciências Contábeis, sendo eles, Laffin (2002), Tardif (2002), Schmidt (2000) e Pimenta e Anastasiou (2013) e entre outros especialistas.

**Palavras-chave:** Contabilidade. Contador-professor. Docência no Ensino Superior.

**Abstract:** This article aims to discuss the training of accounting professionals as a teacher, emphasizing the importance of having not only the knowledge of their area, but also the pedagogical knowledge. With this, academics and future accountants will be well oriented and qualified

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE (2019). Especialista em Controladoria e Finanças (2006), pela Universidade Católica de Goiás. Pós-Graduada em Docência Universitária pela Faculdade de Anicuns (2009). Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera Ciências Humanas (2001); Graduada em Direito pela Faculdade de Anicuns (2010). Professora regente na Faculdade de Anicuns, Goiás. E-mail: pmribeior@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Contábeis, Faculdade de Anicuns. E-mail: raissams2011@hotmail.com



for the job market both in accounting practice and in teaching. The text was developed through bibliographical research of a qualitative nature and based on deductive methods, having as an object of study teaching as an area of the accounting exercise. Therefore, it is understood that higher education educators should seek the didactic process through specializations or short courses so that they do not lose themselves in the functions they perform in the institution and in society. The position of educator is a profession as practical and apparently technical as accounting. It must be seen as a social science applied to the needs of society itself. The interpretation of these proposals and methodologies is the challenge of this text, developing, primarily, new market trends for adapting teachers. The work showed as a source of research authors in the area of accounting such as Sá (2008), Ludícibus (2010), Mazzotti (2001) as well as the part of teaching focused on Accounting Sciences, namely, Laffin (2002), Tardif (2002), Schmidt (2000) and Pimenta and Anastasiou (2013) and among other specialists.

**Keywords:** Accounting. Accountant-teacher. Teaching in Higher Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil estão enfrentando uma crise emergencial na saúde pública, causada pelo novo Coronavírus (Covid-19) que assola o país, assim, continuam desempenhando o seu grande papel na academia, o de propiciar a construção do conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão de modo a preparar os futuros profissionais para atuarem no mercado de trabalho como cidadãos crítico-reflexivos.

Os acadêmicos, ao entrarem em uma universidade, já almejam que esta esteja preparada para formá-los aptos às reais necessidades que a sociedade exige e que, por sua vez, está em constantes transformações. Para tanto, torna-se então necessário à reflexão sobre como o conhecimento teórico e prático tem sido trabalhado nessas universidades de ensino.

Para se tornar um excelente contador e, conseqüentemente, dedicar-se à docência no ensino superior, não basta ser o detentor de conhecimentos teóricos ou práticos com experiência na sua área de formação. É preciso, acima de tudo, ter formação pedagógica, buscar o saber das práticas educativas e docentes para que não se perca nas funções que lhe são atribuídas, o de despertar o cognitivo pela mediação do saber sociocultural e profissional que o curso exige.



Embora, alguns professores universitários possuam experiências significativas na área de atuação ou um grande embasamento teórico predominante, segundo Pimenta e Anastasiou (2013), ainda há despreparo e até um desconhecimento científico do que seja um processo de ensino-aprendizagem daqueles que entram para a carreira de docência sem a devida preparação para o exercício da didática.

Sob essa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo discutir a importância da formação docente do contador, ressaltando a importância deste em possuir não somente os conhecimentos técnicos de sua área específica ou curso de pós-graduação, mas também em deter dos saberes da pedagogia para que possa deter dos princípios do aprender e ensinar, bem como do ser e fazer. Assim, o trabalho tem como objeto de estudo a docência como área da profissão contábil, precisamente o curso de Ciências Contábeis que, por meio de métodos dedutivos, dos conhecimentos científicos, buscou-se seguir as diretrizes estabelecidas por cada órgão competente, ou seja, cada faculdade tem seu próprio Projeto Político Institucional (PPI) onde o mesmo é individual para cada instituição.

O professor de contabilidade ao atuar em sala de aula precisa especializar na área da docência, sendo que a formação é o caminho para o aperfeiçoamento em lidar com as práticas pedagógicas que sofreram mudanças dentro do contexto do ensino superior. O bacharelado envolve teoria e prática, ambas as instruções são essenciais para a promoção de uma educação profissionalizante, voltada em técnicas científicas, patrimoniais, financeiras e administrativas, ao contrário do educador que está apto a licenciatura, com a finalidade de trabalhar em escolas e faculdades. Assim, os métodos são específicos e agregam fundamentos que são de referência para atividade acadêmica do contador enquanto educador. Esse profissional tem o conhecimento contábil e deve adequar a metodologia com a realidade da área em questão que exerce o desenvolvimento curricular pertinente ao processo de aprendizagem.



## 2 CONTABILIDADE: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

A contabilidade é o estudo da ciência que administra o ramo patrimonial e tem como propósito o seu funcionamento técnico de controlar a empresa, economicamente, evitar gastos desnecessários e gerenciar os bens públicos. Ela é um órgão registrado e oficializado segundo as normas de prestação dos serviços de auditoria e controladoria nos setores públicos e privados, por exemplo, o departamento logístico trabalha para aumentar a produção e a redução das despesas e finanças da entidade, registrando transações e superando os impactos, conseqüências e reflexos. Ludícibus (2010, p. 34) explica que:

A contabilidade é o campo de atuação da contabilidade: toda entidade que exerça atividade econômica como meio ou fim. Objeto da contabilidade: o patrimônio de tais entidades, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas, seja esse patrimônio resultante da consolidação de patrimônios de outras entidades distintas ou a subsidiária do patrimônio de uma entidade em parcelas menores que mereçam ser acompanhadas em suas mutações e variações.

A importância da contabilidade ocorre sobre uma série de fatores como o reconhecimento das condições financeiras e patrimoniais da empresa, dinamismo, desenvolvimento, investimentos e gastos adequados, tomada de decisões, mudanças, superação, atuação no mercado competitivo e entre tantos outros. Nessa perspectiva, pode-se dizer que ela, além de ser um instrumento de registro e de informação, é também um meio de controle que permite facilitar as decisões a serem tomadas por parte dos administradores ou proprietários. A história da contabilidade no Brasil não está, claramente, sistematizada porque há apenas fatos e descrições cronológicas que, na visão de Sá (2008, p. 14):



A história da contabilidade no Brasil se inicia na mesma época daquela da conta. Ou seja, o registro contábil nasceu há mais de dez mil anos, quando o homem primitivo que habitava nas cavernas produziu pinturas e inscrições que qualificavam as coisas por desenhos e as quantificavam por sinais repetitivos expressos por traços, pontos, grades e similares.

Os povos primitivos que habitavam o Brasil deixaram vasta comprovação de índole contábil. No entanto, foi com a chegada dos portugueses que se estabeleceu o marco inicial da evolução contábil. Assim, a contabilidade no país teve seu início com a vinda desses povos e com o predomínio do pensamento europeu, onde “a liderança cultural da contabilidade científica, no século XIX, foi inquestionavelmente a italiana<sup>3</sup>”. Logo, a presença desses profissionais fez-se notar com a colonização e, em 1549, ocorreu a primeira nomeação de contador geral e de guarda-livros para a Casa Real feita por D. João III, enquanto em 1808, instaura-se a escola italiana.

Sob essa perspectiva, a contabilidade no Brasil passou a ter o predomínio da escola italiana. Esta, por sua vez, era bastante restrita sem uma concepção de expansão e atendia apenas os anseios de Portugal quanto aos produtos retirados da colônia, ou seja, atendia ao comércio. A contabilidade se voltava para a cobrança de impostos que geravam riquezas aos colonos da elite e aos portugueses em Portugal.

Diante disso, pode-se dizer que, desde os primeiros anos da colônia, nota-se a presença de atividades contábeis e contadores, passando a denominá-los: guarda-livros. No entanto, houve uma evolução sobre a influência da escola italiana. Diferentemente dessa instituição, o pensamento norte-americano parecia ser mais dinâmico e flexível. Conseqüentemente, passou a dar um extremo valor ao patrimônio, à legislação ficou mais rígida e de caráter de intervenção para ser utilizada como suporte na contabilidade brasileira.

---

<sup>3</sup> Ibidem, p. 94.



Com relação aos pensamentos da escola norte-americana, principalmente aqueles de aspectos mais dinâmicos e adequados à contabilidade, tem favorecido muito o mercado financeiro, pois esta escola atribui o patrimônio com sucesso através do planejamento estratégico, operacional e tático mediante as cobranças atribuídas pelo sistema capitalista, porém a herança deixada por essa escola e pelos europeus (alemães e ingleses) foi positiva. Assim, a atividade contábil no Brasil como em outros países sofreu transformações e evoluções devido à exigência dos novos conhecimentos.

A primeira regulamentação da profissão contábil no Brasil ocorreu em 1870, por meio do Decreto Imperial de n.º 4.475 e passou a ser conhecida como Associação dos guarda-livros da Corte, com matrícula na Junta do Comércio. Isso os possibilitavam a ter empregos públicos e realizar escriturações, contas e laudos. A lei exigia que a contadoria pública só aceitasse profissionais que tivessem em seu currículo as aulas de comércio, dando-se indício da forte influência da educação no mercado de trabalho. Esse decreto representou o marco na história da contabilidade por caracterizar o guarda-livros como a primeira profissão liberal regulamentada no país. Por disposição legal, tornava-se obrigatória a publicação de balanços. Dentre as competências exigidas estava o domínio do idioma local e a língua francesa, a boa caligrafia e, com o advento das máquinas, o conhecimento das técnicas datilográficas. Com a instauração do ensino comercial no século XIX, a legislação passou então a dispor de estruturas capazes de tornar o contador um profissional preparado para atender as necessidades comerciais do país.

O Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais foi instaurado, em 1915 e, no ano seguinte, foi fundada a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto de Contabilidade no Rio de Janeiro. No ano de 1924, no mesmo Estado, foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade liderado por João Lyra, senador na época, onde se iniciou a regulamentação da profissão de contador e a reforma do ensino comercial.



Em 1927, ocorreu a fundação do Conselho Perpétuo, hoje conhecido como Conselho Federal de Contabilidade, o CFC. Logo em seguida, foi criada a instituição do Registro Geral de Contabilistas no Brasil por Francisco D'Auria, com o objetivo de selecionar profissionais aptos para desempenhar as funções de contador.

Com a chegada de Getúlio Vargas no poder, apesar de grandes turbulências políticas, houve ganhos para a contabilidade com o Decreto Federal de n.º 20.158, de 1931, passando a organizar o ensino comercial. Foi criado o curso de contabilidade e este passou a formar dois tipos de profissionais, o guarda-livros (que cursavam dois anos) e o perito contador (que estudava três anos).

Com a promulgação da Lei das Sociedades por Ações, através do Decreto-lei n.º 2.627 em 1940, foi instaurado o domínio da escola italiana na contabilidade brasileira. Três anos depois, por meio do Decreto, n.º 6.141, regulamentase a profissão e o ensino no país com o surgimento das faculdades de contabilidade, entre elas, a Faculdade de Ciências Contábeis de Minas Gerais, de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

O Decreto n.º 7.938, de 1945, reconheceu o ensino superior do curso de Ciências Contábeis com a qualificação e o reconhecimento do profissional da contabilidade diante de uma sociedade que se buscava desenvolver economicamente. No ano seguinte, criou-se o CFC com o Decreto n.º 9.265 e, com isso, os contadores passaram a ser aqueles graduados em cursos universitários e técnicos (provenientes de escolas técnicas comerciais).

Logo, os guarda-livros seriam aqueles que não possuíam a escolaridade formal e exerciam as atividades de escriturações contábeis, sendo promulgados no Código Comercial Brasileiro onde o guarda-livro passou a ser considerado um agente auxiliar do comércio com nomeação inscrita no Tribunal do Comércio. Esse documento, segundo Schmidt (2000), "instituiu-se a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do balanço



geral composto de bens, direitos e obrigações das empresas comerciais” (SCHMIDT, 2000, p. 140).

Contudo, em 1958, por meio da Lei n.º 3.384, foi extinta essa categoria e passou a integrar o quadro dos técnicos em contabilidade. Com as mudanças sofridas pela legislação n.º 6.404/76, direcionadas as transformações legais da instituição, especificamente, ao Balanço Patrimonial, por este ser o fundamento essencial da investigação de exposições de fatos e perguntar sua participação na remoção dos dados econômico-financeiros. As mudanças provindas pelas legislações 11.638/07 e 11.941/09, tem um domínio pleno nas ações, ou seja, não foram abordados, na sua integralidade, todos os fatos investigados na auditoria contábil.

Essas novas legislações são de suma necessidade para a prática contábil brasileira em estudos de análise das demonstrações contábeis, especificamente, às reclassificações de contas do balanço patrimonial. Dentre as mudanças, apenas se padronizou os procedimentos já executados pelos analistas patrimoniais, pois estes conquistaram os critérios preconizados pela nova legislação. Enfim, essa nova lei trouxe uma perspectiva, deixando o domínio europeu para assimilar um novo pensamento contábil, afirmando mais uma vez a presença da contabilidade americana diante do modelo econômico capitalista.

### **3 AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O profissional de Ciências Contábeis conta com um amplo mercado de trabalho e com grandes chances de opções para crescer, especializar e atuar na profissão. No atual contexto nacional, estadual e municipal, o contador é de suma importância para as diversas áreas empresariais e contábeis, podendo optar pela contabilidade financeira ou de custos, auditor interno ou independente, analista financeiro, perito ou consultor contábil e cargos públicos ou administrativos.



Dentre esses campos de trabalho, destaca-se a inserção dos contadores nos cursos superiores como docentes, pesquisadores e no mercado de trabalho com atuação em empresas de serviços contábeis. Na contabilidade, há uma diferença entre o contador e o contabilista. O primeiro é o profissional com formação superior que exerce as funções contábeis enquanto o segundo é usado para designar aquele que exerce a prática contábil seja no nível técnico ou superior, sendo que,

Outro fato importante a destacar é que, a contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social aplicada, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. No entanto, ela usa métodos quantitativos como sua principal ferramenta. Com a globalização, a imagem do profissional da contabilidade se alavancou por deixar de ser guarda-livros. Houve-se, então, a necessidade de um profissional com conhecimentos científicos, eficiente e capacitado para dominar essa área. O contador é o profissional que exerce as funções contábeis com formação superior, o bacharelado em Ciências Contábeis. Nos últimos anos, esse perfil foi se modificando e o conceito de emprego passou por uma transformação que trouxe novos padrões comportamentais de qualificação e desempenho (IUDÍCIBUS, 2010, p. 10).

O contador é o responsável em gerenciar o balanço patrimonial das entidades públicas e privadas. Os gestores devem sempre buscar consultores da área contábil para desenvolverem seus projetos gerenciais e adiantar a vida útil do comércio e das empresas em geral. Ele precisa possuir uma formação cultural, tendo em vista o que ocorre não somente no seu estado, mas no país globalizado para ser capaz de elaborar análises criteriosas mediante as organizações e averiguar as mudanças da organização e do perfil profissional.

A ciência contábil é determinada pelos estudos previstos e deliberados, recentemente, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de seu Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que regulamenta normas técnicas e procedimentos administrativos acerca de funções inerentes ao exercício moderno da profissão contábil e a importância do código de ética do contabilista (Resolução 803/96).



Bacci (2002) constatou o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil, ressaltando a ligação da legislação na área contábil, os méritos para o reconhecimento da atuação e para a criação dos órgãos de classe. Advertiu como consequências a legislação sobre a profissão e a padronização das demonstrações contábeis, também a condição da fiscalização no exercício da contabilidade pelos órgãos de classe e a criação no século XX dos cursos técnicos, profissionalizantes e superiores.

De acordo com o Decreto-lei n.º 1535, de 23/08/1939, a identificação do Curso de Perito foi alterada para o Curso de Contador. Ao adaptar às mudanças dos cursos profissionalizantes, o Decreto-lei n.º 6141, de 28/12/1943, adotou os critérios de organização e dividiu a grade curricular do ensino comercial em dois ciclos: o primeiro ciclo é proveniente do curso comercial básico e o segundo com cinco cursos de qualificação, denominados cursos comerciais técnicos, dentre eles o de Contabilidade. No mesmo ano, o Decreto n.º 14.373, regulamentou a estruturação dos cursos em formação do ensino comercial. É nesse contexto educacional que surge a graduação de Ciências Contábeis através do Decreto-lei n.º 7988, de 22/09/1945, com duração de quatro anos, atribuindo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus formandos.

Em sua primeira edição, a grade curricular da graduação tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões, Perícia Contábil, Contabilidade e Custos, Contabilidade Tributária, Contabilidade Intermediária, Análise das Demonstrações Contábeis, Controladoria, Auditoria, Contabilidade Aplicada, Contabilidade em Agronegócio, Fundamentos da Atuária, Planejamento Tributário, Legislação Tributária e Fiscal, Sistema de Informação Contábil, Contabilidade Avançada, Finanças Corporativas, Prática Contábil, Administração Financeira e Orçamentária, Estatística, Matemática Financeira e entre outras.



Na década de 60 do século XX, o Brasil foi cenário de acontecimentos importantes referentes ao ensino comercial e contábil. O Parecer n.º 397/62, do Conselho Federal de Educação (CFE), promoveu uma grande mudança no ensino de ciências contábeis ao dividir esses cursos nos ciclos de formação básica e profissional. Essas disciplinas foram concentradas em aulas práticas, como Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos e Auditoria e Análise de Balanços. De acordo ainda com o Conselho Nacional de Educação, através de sua Resolução 10/04, instituiu diretrizes curriculares nacionais para o curso de contabilidade. Conforme tais diretrizes, as instituições devem estabelecer a organização curricular por meio de um PPP (Projeto Político Pedagógico). Assim, o § 1º do Art. 2º, estabelece os seguintes elementos estruturais:

[...] além da clara concepção do curso de graduação em Ciências Contábeis, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I – objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II – condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III – cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;
- IV – formas de realização da interdisciplinaridade;
- V – modos de integração entre teoria e prática;
- VI – formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII – modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII – incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX – concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X – concepção e composição das atividades complementares;
- XI – inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um documento político, filosófico e teórico-metodológico que norteiam as práticas acadêmicas de uma instituição educacional além de abordar sua trajetória histórica, inclusão patrimonial, especialização, compromisso, metodologia e objetivos. Nesse sentido, o projeto



pedagógico do curso de Ciências Contábeis segue as propostas do Plano Nacional da Educação, o PNE, que tem como base a demanda do setor produtivo da região, da população do ensino médio e técnico local e da política institucional de expansão da graduação e pós-graduação.

Já o PPI, aborda o funcionamento da entidade estudantil e sua contribuição acadêmica nos âmbitos local, regional e nacional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do aluno e na busca do desenvolvimento entre o conhecimento prévio e o saber. Para atingir seu objetivo principal, o currículo do curso de Ciências Contábeis prevê ações cognitivas interdisciplinares que buscam a integração dos conteúdos. Com vista nas disciplinas ofertadas e em consonância ao que preceitua a Resolução CNE/CES n.º 10/2004, a estrutura curricular proposta é formada por eixos interligados que englobam três áreas de atuação como a de formação básica, profissional e a teórico-prática como:

EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

EIXO DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA: conteúdos de Formação Teórico-prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade (RESOLUÇÃO CNE/CES n.º 10/2004, Art. 5º).

Os três Eixos Temáticos estão em conciliação com a Resolução CNE/CES n.º 10/2004 e os conteúdos estão assim distribuídos: Formação Básica, 900 horas/aula; Formação Profissional, 1.620 horas/aula e Formação Teórico-Prática, 480 horas/aula. Para integralizar a totalidade da carga horária deste curso, limita-se a 20% do montante, devem ser regulamentadas as atividades complemen-



tares (requisito obrigatório) e o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Estágio Supervisionado (requisitos opcionais). De acordo com o Art. 2º, da Resolução CNE/CES n.º 10/2004:

As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

- I – perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – componentes curriculares integrantes;
- III – sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV – estágio curricular supervisionado;
- V – atividades complementares;
- VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII – regime acadêmico de oferta;
- VIII – outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

A atual matriz curricular da graduação de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) está relacionada ao desenvolvimento metodológico, ou seja, a uma didática vista como a arte de ensino o qual é analisado por Mazzotti (2001, p. 129) “a partir do método sistêmico de ensino da Contabilidade, baseado na escola norte-americana e propõe esse método que apresenta uma visão global do curso, da ciência, da profissão e de suas aplicações”. Logo, é necessário integrar o desafio onde as relações entre aprendente e ensinante estão em um elo de mediação e interação na aprendizagem. A matriz da graduação atinge uma continuação de métodos e tarefas fixas por cada período trabalhado.

Essa inclui os módulos que administram a divisão das disciplinas no processo curricular do curso por outras de natureza obrigatória ou eletiva que atendam às condições de seu planejamento específico, às transformações de instrução e às divergências de cada educando. Então, o curso de Ciências Contábeis visa o desenvolvimento do educando, com intuito de proporcionar a sua formação e, ao mesmo instante, qualificá-lo a controlar os recursos da entidade



pública e privada da área empresarial com vínculo nas bases legais da Ciência Contábil.

Portanto, tem como finalidade a missão de preparar os futuros acadêmicos em administrar e gerenciar recursos contábeis pertinentes ao processo de tomadas de decisões de acordo com as normas e princípios legais e constitucionais, bem como o desenvolvimento de valores morais e éticos que regem a profissão.

#### **4 A ATUAÇÃO DO CONTADOR NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA**

Como vimos, o estudo traz discussões e considerações sobre a identidade profissional e a formação acadêmica de contadores-professores para atuação na educação. Para o contador lecionar como professor não basta ter apenas conhecimentos técnicos e específicos da área, mas necessita, acima de tudo, de formação especializada em docência universitária que o permita mediar conhecimentos de maneira precisa e ter como resultados cidadãos críticos ou profissionais de destaque no mercado de trabalho. Para isso, busca-se então analisar relação professor/didática, a prática da docência no curso de Ciências Contábeis e os saberes docentes dos contadores-professores.

O curso de Ciências Contábeis visa a formação na modalidade de bacharel. O ensino superior em bacharelado está mais direcionado para o mercado de trabalho, concedendo competências para atuar no contexto laboral. Já a licenciatura, outro modo de formação superior, transmite aos alunos meios que os capacitem a serem professores, transmitindo saberes para formar outras pessoas. No entanto, ambos permitem os acadêmicos a desenvolverem pesquisas que possam contribuir com o desenvolvimento e evolução da sociedade. Do ponto de vista da docência, ser professor na contemporaneidade, é estar diante de grandes desafios por considerar as influências que podem ocorrer de fora para dentro da profissão e que interferem nas atividades pedagógicas.



Durante a graduação em Ciências Contábeis há uma orientação marcada, de acordo com a matriz curricular, de um ensino superior profissionalizante, isto é, aquele que prepara para o mercado de trabalho voltado para as organizações empresariais. No entanto, esse mesmo curso possibilita adentrar em outras áreas como a de professor. Ser contador-professor é buscar um processo de atualização de formação profissional voltado para a docência e não se restringir apenas ao momento da formação inicial. É mediar esses conhecimentos técnicos com os saberes pedagógicos para promover a cidadania e a cultura, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2002, p. 25).

Os conhecimentos técnicos (de escritórios de contabilidade, firmas de auditoria, regulamentação, planos tributários, auditoria, controladoria e dentre outras) exercem forte intervenção no exercício da docência, principalmente, porque são conteúdos técnico-especializados e fazem parte das práticas profissionais que se impõem ao próprio professor.

Logo, ser contador e professor do curso de Ciências Contábeis é, acima de tudo, conhecer a contabilidade viva, é ensinar conteúdos próprios da área e o exercício prático profissional, mas que domine também avanços da ciência, do planejamento acadêmico aplicado e da mediação para o ensino. Isso quer dizer que, segundo Libâneo (2001, p. 36), “a formação docente é um processo pedagógico que precisa acontecer de forma a levar o professor a agir de maneira competente no processo de ensino”.

Sob essa perspectiva profissional, nota-se que o contabilista sempre teve e terá uma tarefa importante em responder aos anseios da sociedade não de maneira técnica, mas com grande capacidade de contabilizar e informar, criando um espaço de análise e de decisão seja nas organizações públicas e privadas. A Resolução n.º 560 do CFC, capítulo I, define as atribuições restritas aos contabilistas. O art. 2 dessa mesma resolução distingue as condições nas quais os contabilistas podem exercer suas atividades:



Art. 2. O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, controller, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, programa as bases e diretrizes da educação nacional e tem como finalidade regularizar e atender às necessidades do ensino nas suas diferentes modalidades. Quanto à qualificação dos professores nas universidades, a referida lei determina em seu art. 66 que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996).

Com relação a essa modalidade, a do bacharel estar em sala de aula, a LDB admite que esse tipo de profissional seja preparado para a docência nos estudos de pós-graduação Lato Sensu com o curso de especialização em Docência Universitária ou Metodologia do Ensino na Educação Superior, ou outras áreas afins ligadas à área da educação. Conforme as colocações de Laffin (2002, p. 4),

(...) a formação do professor de contabilidade deverá articular o que é próprio da função docente com a realidade do trabalho da contabilidade, possibilitando que situações de trabalho se convertam simultaneamente em situações de formação. Tais articulações deverão tornar possível a extensão das dimensões do gerenciamento do conhecimento contábil para abranger as mudanças que ocorrem em contextos históricos.

Percebe-se, a partir de então, que o professor de contabilidade não possui somente o conhecimento sobre a área de atuação, mas sabe articular tais



dons com a prática pedagógica. O professorado de contabilidade necessita de conhecimentos voltados para a prática educativa e que ultrapassem o campo de sua especialidade. Nesse sentido, é necessário destacar que o exercício profissional de todo docente tem uma natureza educativa, isto é, "que se vincula aos objetivos educativos de formação humana e aos processos metodológicos e organizacionais de construção e apropriação de saberes e modos de atuação" (PIMENTA; ANASTASIOU, 2013, p. 16).

Outros quesitos são exigidos para a atuação do professor-contador na sala de aula como o senso profissional, o domínio da área pedagógica, visão atualizada do mundo, domínio de tecnologias de ensino, aprendizagem e comunicação. Tardif (2002, p. 6) assegura que:

O profissional da contabilidade deve utilizar suas competências para pensar a organização em sua totalidade e fornecer informações úteis para que ela cumpra da melhor forma sua missão. A educação contábil precisa estimular a construção de um caráter político da prática pedagógica do professor de Contabilidade. Uma prática política comprometida com os conteúdos com os quais trabalha e com a articulação dos métodos com os quais socializa conhecimentos, a começar pela reflexão da prática pedagógica que vivencia enquanto professor.

A partir dessas colocações, observa-se que o professor do curso de Ciências Contábeis deve-se apoiar tanto no domínio da área de conhecimento como no domínio didático-pedagógico. Logo, o docente nos cursos de bacharelado precisa incorporar, acima de tudo, os saberes pedagógicos e não apenas os de prática contábil para que juntos possam permitir a interação de conhecimentos para que se concretize o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, Tardif (2002, p. 4) afirma ainda que, "os saberes referentes ao conteúdo, à experiência e à cultura são essenciais no exercício da atividade docente", onde o professor não deve possuir somente um entendimento amplo sobre sua área de atuação, mas instruções pedagógicas que auxiliará de maneira significativa para o desenvolvimento dos acadêmicos. Em síntese, encontram-



se na profissão contábil professores que conciliam as atividades docentes com as de empresário e/ou proprietário de escritório de contabilidade. Há outros que trabalham em empresas públicas e privadas tanto na área comercial e industrial como na área de prestação de serviços. Já há aqueles que se dedicam, exclusivamente, à docência. Assim, o contador, ao optar em atuar como docente no curso de Ciências Contábeis deve possuir a formação técnica acompanhada de uma capacitação didático-pedagógica.

O currículo do curso de bacharel não contempla, durante a formação acadêmica do profissional, os saberes da didática. Ele atua em questões financeiras, tributárias, econômicas e patrimoniais de uma empresa. A função do professor na docência é discernir saber, experiência, habilidades e competências atribuídas ao universo estudantil e pedagógico do acadêmico, pois o papel do educador é mediar o conhecimento aos alunos e promover uma educação de qualidade a todos além de estar também comprometido com o processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que eles tornem na sociedade cidadãos críticos-reflexivos.

À necessidade da sequência didática, Libâneo (2001, p. 101) esclarece que “o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Para o autor, o ato de programar é uma sequência didática acerca das práticas metodológicas e conteúdos propostos. Caso o professor não pensar, didaticamente, sobre o rumo que deve dar ao seu trabalho ficará entregue as condições estabelecidas pelas influências predominantes na sociedade.

Dessa forma, a metodologia é um importante instrumento de orientação da prática docente. Nesse sentido, é preciso refletir que o exercício profissional de todo professorado apresenta uma natureza pedagógica, isto é, “que se vincula aos objetivos educativos de formação humana e aos processos metodológicos e organizacionais de construção e apropriação de saberes e modos de atuação” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2013, p. 16). Por isso, o professor precisa



deixar de ministrar somente aulas expositivas onde somente ele fala e o aluno escuta.

No ensino da contabilidade, determinados assuntos são bastante técnicos e numéricos com a finalidade de difundir o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de suas teorias e técnicas na área contábil. Planejar é uma ação indispensável no desenvolvimento de sequência didática uma vez que, por meio do planejamento, os educadores têm mais chances de atingir os objetivos das aulas. Neste contexto social, o profissional de Contabilidade acompanha o processo, avançando os conhecimentos adquiridos e suas habilidades desenvolvidas. Tal exigência, faz-se necessário devido o sistema globalizado, surgindo então um novo perfil de profissional com responsabilidade, eficiência e com condições de alcançar excelentes resultados durante sua contribuição junto à sociedade também como docente.

Por fim, cabe ao docente no ato de lecionar, em especial o de Ciências Contábeis, refletir sobre sua prática e atuação em sala de aula. Além de tudo, buscar se atualizar de forma contínua na área da educação com vista na prática pedagógica e não somente na sua especificidade. Logo, pode-se dizer que a didática é o ramo da pedagogia que deve estar inserida no conhecimento de cada professor porque não tem como pensar em ensinar contabilidade geral, controladoria, auditoria, gestão, prática contábil e entre outras sem pensar na maneira de como preparar e escolher as estratégias para ensinar tais conteúdos.

Ser contador-professor é estar com os olhos na qualificação, no processo educativo e na profissionalização da ação docente para que, com os devidos conhecimentos técnicos, possa tornar o aprendizado mais eficiente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O contador enquanto professor universitário é uma pessoa, profissionalmente, dedicada tanto a sua área específica como ao ensino. É considerado,



apesar de não possuir licenciatura, um profissional da educação que compartilhe os eixos centrais do processo de instruções e conhecimentos prévios trazidos pelos estudantes ou acadêmicos de contabilidade, aprendam e se tornam grandes especialistas da prática contábil.

Outro ponto de vista a considerar é que, por ter conhecimentos técnicos, se torna um docente do mais alto nível da Ciência Contábil, pois além de ensinar, comporta a capacidade e os hábitos de pesquisa que o permita ampliar as fronteiras do saber. No entanto, sabe-se que isso somente é possível quando esse mesmo contador-professor detém da didática para mediar seus saberes e despertar no aluno em formação as competências necessárias do futuro promissor.

A partir dessas considerações, o presente estudo de pesquisa teve como finalidade as diretrizes para as instituições elaborarem o seu PPP (Projeto Político Pedagógico), sua relação com o fazer pedagógico e a formação dos contadores para atuação no ensino, bem como a contribuição desses saberes para a sociedade local. Mesmo sabendo que o curso não destina os profissionais para a sala de aula por se tratar de bacharelado, notou-se que é necessário, para aquele que quer se atualizar e exercer a função de professor, capacitar na pós-graduação em docência/metodologia do ensino superior. Isso, por sua vez, ajudará os novos contadores a decidir se preferem o magistério, o escritório ou a fusão de ambos.

Neste contexto social, o profissional de contabilidade acompanha o processo, avançando os conhecimentos adquiridos e suas habilidades desenvolvidas. Tal exigência, faz-se necessário devido ao sistema globalizado, surgindo então, um novo perfil de profissional com responsabilidade e eficiência, com condições de alcançar excelentes resultados durante a contribuição junto à sociedade e também como docente no exercício da profissão.

Enfim, é importante que o educador não tenha somente as habilidades de domínios técnicos proporcionados pelos conteúdos ministrados no curso de



Ciências Contábeis, mas que domine o conhecimento pedagógico de modo a favorecer o aprendizado e as competências próprias da prática profissional contábil da docência. Dessa forma, a formação continuada surge como aliada dos bacharéis para que estes possam atualizar sua prática pedagógica, oportunizando assim aos acadêmicos um ensino mais significativo.

## REFERÊNCIAS

BACCI, J. **Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro:** contribuição ao registro de sua evolução histórica. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica). Centro U. Álvares Penteado, São Paulo.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9394). Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 14 jun. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 21. ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio da. **Teoria da Contabilidade.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAFFIN, M. **De contador a professor:** a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Buscando a qualidade social do ensino. In: **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e Prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001, p. 53-60.

MAZZOTTI FILHO, Walter. O Ensino da Contabilidade: uma proposta curricular. In: **Revista da Fundação Visconde de Cairu,** Salvador: FVC, n. 6, 3. trim., 2001.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência do ensino superior.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 100-166.



SÁ, Antônio Lopes de. **História geral da contabilidade no Brasil**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

**Sobre as autoras:**

**Patrícia Miranda Ribeiro**

Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE (2019). Especialista em Controladoria e Finanças (2006), pela Universidade Católica de Goiás. Pós-Graduada em Docência Universitária pela Faculdade de Anicuns (2009). Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera Ciências Humanas (2001); Graduada em Direito pela Faculdade de Anicuns (2010). Professora regente na Faculdade de Anicuns, Goiás.

E-mail: pmribeior@hotmail.com

Raissa Mendanha Silva

Graduada em Ciências Contábeis, Faculdade de Anicuns. E-mail: raissams2011@hotmail.com